

Deputado propõe até uso público de cadáveres

Bilau Pereira

Há três meses da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, as comissões e subcomissões continuam recebendo propostas as mais esdrúxulas, como a do deputado Jorge Arbage (PDS-PA), que propõe a criação de um Conselho de Estado com membros vitalícios, composto pelos ex-presidentes do Brasil.

Entre as quase 400 propostas já disponíveis ao público na sala de apoio montada pela Constituinte, há de tudo. Desde os temas como o aborto, a pena de morte e o conceito de família e filho legítimo, passando por assuntos de franco conflito entre as classes, como a Reforma Agrária e a demarcação das terras indígenas, até bizarrices como a proposta do deputado Michel Temer (PMDB-SP), que torna os advogados invioláveis, ou a do deputado Ricardo Izar (PFL-SP), transformando o cadáver num "bem público para uso de qualquer dos seus órgãos em transplantes cirúrgicos".

Os temas objeto de maior preocupação dos parlamentares são aposentadoria, reforma tributária, impostos e direito dos trabalhadores e servidores públicos, que perfazem 20% do total de propostas apresentadas. Em sua maioria elas defendem o salário igual para ativos e inativos, uma reforma tributária com maior participação dos municípios, autonomia sindical e direito de greve aos trabalhadores, incluindo os servidores públicos.

O estímulo à educação e a proteção ao menor atingem 5% das sugestões, em grande parte aumentando a responsabilidade do Estado sobre os temas. Dentro do capítulo sobre legislação eleitoral, 5% das propostas discorrem sobre o voto, ora tornando-o facultativo, ora estendendo o direito de voto aos militares e aos maiores de 16 anos.

A reforma agrária, ao contrário do que se esperava, só foi abordada em três propostas e o índio em apenas uma, do deputado Chagas Duarte (PFL-RR), que torna inalienáveis as terras indígenas, garantindo ao índio a posse permanente e o direito ao usufruto exclusivo de suas riquezas.



Polêmicas

Dentro dos temas mais polêmicos, há algumas propostas que deverão esquentar os debates da Constituinte, como a do senador Francisco Rollemberg, concedendo o mesmo direito à herança do ascendente comum aos filhos legítimos e ilegítimos ou a da deputada Beth

Azize (PSB-AM), que estatiza os bancos privados, passando-os ao controle da União.

Sobre a pena de morte há duas propostas antagônicas de parlamentares do mesmo partido: a de Telmo Kirst (PDS-RS), radicalmente contra e a do deputado Amaral Neto (PDS-RJ), que a defende nas hipóteses de lei militar em tempo de guerra externa e de assalto, roubo, sequestro e estupro de mulheres e crianças, seguidos de morte. O aborto é objeto de três propostas divergentes entre si: uma, do deputado Antonio de Jesus (PMDB-GO), que o considera "crime contra a vida sujeito à punição", outra do deputado Chagas Duarte, que só permite o aborto terapêutico e ainda outra do senador Jamil Haddad (PDS-RJ) que o considera "direito da mulher maior, cumprindo ao Estado assegurar assistência à mãe pobre".

O recordista por enquanto é o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) que apresenta sozinho 25 propostas à Constituinte, sendo 17 sobre mandatos parlamentares e atribuições da Câmara e do Senado. Entre outras sugestões, ele propõe a extensão do princípio da imunidade parlamentar a vereadores e a deputados estaduais; reduz o número de senadores para dois por estado e o de deputados para 360 proporcional à população de cada estado e torna os subsídios de deputados e senadores iguais aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Das sugestões de Gibson a mais estranha é a que propõe o arquivamento de todos os processos criminais em curso contra deputados e senadores, ainda que não mais estejam no exercício do mandato. Apesar de citar a perda de imunidade dos parlamentares durante os governos revolucionários, o parlamentar não faz qualquer referência a crime de natureza política no artigo que propõe o que, se adotado, levaria à impunidade.

Como na época do Império

Uma reedição do AI-5. Com os ex-presidentes do país — quadro formado hoje pelas figuras de Jânio Quadros, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo — tendo poderes para autorizar o Chefe do Executivo a cassar mandatos, fechar o Congresso, suspender direitos políticos por 10 anos, decretar estado de sítio, demitir, remover ou aposentar funcionários

Arquivo



Arbage: conselho consolidado

e até mesmo confiscar bens.

Assim poderia ser resumida a proposta do deputado pedessista Jorge Arbage, sobre a criação de um Conselho de Estado, composto de ex-presidentes dos Três Poderes da República. Justificando como a única maneira de «consolidar a abertura democrática», o parlamentar traz de volta a figura do conselheiro de Estado, da época do Império, que gozaria de inviolabilidade por palavras e votos e de ampla autonomia para organizar sua secretaria e seus serviços.

Entre outras regalias, estes conselheiros usufruiriam de um cargo vitalício, com vencimento irredutíveis iguais aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, e seriam «obrigatoriamente ouvidos pelo presidente da República em todos os assuntos graves do País, especialmente no que se refere à segunda nacional».

Com o única obrigação de «prestarem» juramento de fidelidade exclusiva à Constituinte e às leis e de servirem atendendo exclusivamente ao bem da Nação», estes cidadãos podiam, por motivo de conflito externo ou pelo princípio genérico de «grave ameaça à ordem interna, ou sua perturbação»,

Lei trabalhista atrai numerosas propostas

Carmen Kozak

A redução do tempo de serviço para a aposentadoria e a restauração da estabilidade no emprego são as principais propostas que têm chegado à subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos da Constituinte. Além disso, a reformulação da legislação trabalhista é o tema que mais atrai a atenção dos constituintes, pois até o momento esta subcomissão é a que recebeu o maior número de sugestões, totalizando 150 propostas nestes três meses de funcionamento da Assembleia.

Mais de cinquenta por cento das sugestões estão relacionadas ao tempo de serviço e proventos da aposentadoria. Os parlamentares pretendem baixar para 30 e 25 anos de serviço, o tempo necessário para a aposentadoria do homem e da mulher, respectivamente. Defendem também o pagamento de proventos e pensões correspondentes à remuneração na ativa, tanto para o trabalhador quanto para o funcionário público.

Todas as propostas pretendem garantir o direito de aposentadoria à mulher camponesa e aos trabalhadores domésticos. O consenso também prevalece em relação ao pagamento de um salário mínimo nas pensões e aposentadorias dos trabalhadores rurais.

Quanto à jornada de trabalho, os constituintes são taxativos, não aceitando que ela seja superior a 40 horas semanais ou oito horas diárias. O deputado Mendes Botelho (PTB-SP) é o mais rígido em sua proposta prevendo que o descumprimento só será permitido quando a jornada for inferior.

Sindicatos

Não são muitas, no entanto, as propostas referentes à organização sindical, negociação salarial e lei de greve. Sem muitas especificações o senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) prevê em suas propostas o direito de greve e liberdade de organização sindical. Salienta porém que os sindicatos poderão ser dissolvidos por decisão judicial.

O presidente da subcomissão dos Direitos do Trabalhador e do Servidor Público, deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), afirma que se depender dos parlamentares que a compõe a legislação sindical será a mais avançada possível. Declara que existe uma espécie de consenso entre os membros que são favoráveis à autonomia ampla dos sindicatos, além da criação de dispositivos que garantam a estabilidade no emprego.

Neste sentido já foram encaminhadas diversas propostas à subcomissão. O deputado Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) propõe estabilidade aos trabalhadores com mais de 6 anos de emprego. Já as outras propostas querem que a Constituição garanta emprego para qualquer trabalhador com mais de 90 dias de serviço.

Mas na Subcomissão dos Direitos do Trabalhador e do Servidor Público também apareceram propostas que fogem às expectativas da Constituinte. Um exemplo disso é a sugestão do deputado Davi Alves Silva (PDS-MA) garantindo aposentadoria aos homens com mais de 60 anos. Além disso prevê que às pessoas com mais de 70 anos são asseguradas passagens aéreas gratuitas e estada em hotel por três dias.

Josemar Gonçalves



Geraldo Campos crê renovar lei de greve

São mais de 300 sugestões

Caso não estivessem sendo enviadas propostas à Comissão do Trabalhador e do Servidor Público, os constituintes poderiam encontrar uma farta fonte de consulta nos arquivos do Congresso Nacional. Existem hoje, lançados nos terminais de computador, mais de 300 projetos de lei tratando de assuntos como negociação salarial, estabilidade de emprego, lei de greve e aposentadoria. Deste total apenas 60 continuam tramitando, já que o restante foi arquivado pela mesa diretora.

Além disso, existem 14 projetos prontos para a apreciação do plenário desde o ano passado. Entre estes está o do deputado Julio Costamilan (PMDB-RS) e do ex-parlamentar Délio Santos (PMDT-RJ) que garantem emprego para quem tiver mais de noventa dias de serviço.

Poderá entrar na ordem do dia a qualquer momento, o projeto do deputado Jorge Uequed (PMDB-RS) que cria um dispositivo indireto para a estabilidade de emprego. O projeto prevê que as empresas que não pensarem empregados sem justa causa pagarão maiores encargos do Fundos de Garantia por Tempo de Serviço.

Nenhum dos projetos prevê a dispensa sem justa causa de empregados, principalmente dos que fizeram parte dos sindicatos. Neste caso, o deputado José Genoino (PT-SP) vai longe. Ele quer a garantia de emprego para o trabalhador que tenha concorrido às eleições sindicais pelo menos por seis meses após a realização do pleito.

Simon quer plebiscito para regular salários

Porto Alegre — O governador Pedro Simon admite que poderá sugerir um plebiscito no estado para que "a sociedade gaúcha decida sobre a melhor forma de administrar os recursos arrecadados pelo estado", no caso de ocorrer um impasse na apreciação de seu projeto, enviado a Assembleia. Esse projeto, de forma inédita no país, segundo Simon, visa regulamentar algo já previsto pela Constituição Federal, mas nunca colocado em prática: o estado definir o percentual da arrecadação que será destinado ao pagamento do funcionalismo.

Pela legislação que encaminhou, o Poder Legislativo determinará quais os percentuais mínimos e máximo que se haverá de gastar com o funcionalismo. "Pela primeira vez na história do Rio Grande do Sul, o projeto também estabelece um padrão mínimo, que será de Cz\$ 2.736,00 para o padrão 1, e o padrão mais "o não poderá ser superior a Cz\$ 68.400,00. De forma emergencial, também estão congelados os salários superiores a Cz\$ 40 mil.

Simon já sabe das reações negativas ao projeto, já que até mesmo na bancada do PMDB, seis dos 27 deputados estão rejeitando seu projeto, que emergencialmente concede aumentos escalonados — mais para quem ganha menos — a cada categoria. Simon precisaria que toda a bancada e, pelo menos, mais um deputado apoiassem o projeto para ser aprovado pela Assembleia. Mas todas as outras bancadas são contrárias, apoiando-se na principal reivindicação dos servidores estaduais, em greve há quase 30 dias: a aplicação de duas leis do ano passado, que concedem aumentos de 99 por cento ao funcionalismo, mas cuja concretização tornariam o estado inviável.

Constituinte já tem parecer sobre greve

O relator da subcomissão dos Direitos do Trabalhador e do Servidor Público, deputado Mário Lima (PMDB-BA), disse ontem que uma boa parte do parecer que terá de entregar no próximo dia 11 já está praticamente pronto, pois várias posições são consensuais entre os membros do órgão. Entre essas posturas está a de que o direito à greve tem de ser amplo e irrestrito, sem possibilidade para a interferência do Estado no movimento que, a seu ver, tem de ser solucionado exclusivamente através da negociação entre patrões e empregados.

O parlamentar argumentou que se ocorrerem excessos de qualquer uma das partes, «o Código Civil e o Penal estão aí para controlar esses problemas». Mário Lima declarou ser contrário à existência de uma legislação específica sobre a greve, destacando, mais uma vez, que o direito a ela tem de ser amplo e irrestrito. O peemedebista que também é presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo da Bahia-Sindipetro, defenderá em seu parecer — já praticamente costurado dentro da subcomissão — o fim da cobrança do imposto sindical e a fixação de valores do mesmo pelo Ministério do Trabalho. Sustenta o deputado que a tarefa do Ministério deve ser apenas de fiscalização dos direitos e segurança do trabalhador, além de investir em pesquisas e manutenção de órgãos de criação de empregos. ANC 88

Pasta 01
Maio/87
032